

## ARTIGO

Paulo Carrano\*

# Juventude e participação no Brasil – interdições e possibilidades

Este artigo pretende trazer para o diálogo as principais questões que emergiram da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas Públicas e Políticas, em especial ao que se refere à participação social.

No caso especial da juventude, é preciso compreender os múltiplos fatores que configuram as barreiras objetivas e subjetivas que dificultam a inserção de jovens – não mais crianças e adolescentes protegidos(as) e tutelados(as), tampouco adultos(as) emancipados(as) social e economicamente – nas estruturas sociais e produtivas. Dessa forma, antes mesmo de se buscar saber as razões pelas quais jovens participam mais ou menos da vida social e política do país, é preciso indagar sobre as condições que possuem para exercer participação social básica num quadro ampliado de direitos públicos relacionados com o acesso à educação, à cultura, ao lazer, ao trabalho e a tantos outros planos existenciais que podem fazer uma vida digna.

Existe uma íntima relação entre as condições materiais de vida e a participação social e política. O agravamento das condições de vida da maioria da população jovem brasileira incide diretamente no aumento da sensação de insegurança no presente e das incertezas quanto à vida futura.

Nesse quadro de crescente instabilidade e desesperança diante das capacidades do Estado em promover direitos, bem-estar social e segurança, estabelecem-se os principais entraves e podem-se formular os desafios na forma de políticas públicas democráticas para o desenvolvimento da cidadania juvenil.

A pesquisa permitiu perceber dificuldades que precisam ser superadas para ampliar a participação juvenil perante o quadro societário que marginaliza amplas parcelas da juventude brasileira dos direitos básicos de cidadania. As políticas públicas que busquem estimular a participação da juventude não podem ser indiferentes aos entraves que jovens, especialmente rapazes e moças mais pobres, enfrentam para subsistir e construir seus projetos de vida. É preciso, então, considerar o quadro de escassez de oportunidades de formação, participação e integração social que enfrentam. Políticas públicas democráticas necessitam partir de diagnósticos realistas sobre as condições objetivas sobre as quais os(as) jovens podem se elevar para se constituírem como atores sociais participativos da vida pública.

O reconhecimento dos entraves à participação torna-se, assim, elemento significativo para a superação dos problemas. Trata-se, portanto, do desafio de formular políticas públicas que sejam capazes de mobilizar recursos e envolvimento social para que as pessoas jovens tenham condições de realizar escolhas alternativas e de se constituírem em sujeitos de suas próprias vidas. Políticas emancipatórias de estímulo à participação devem contribuir para remover aqueles obstáculos que impedem a elaboração de projetos pessoais e coletivos e bloqueiam canais de participação, espaços e tempos de relacionamentos que se fazem por cooperação ou conflito na vida pública.

## Vida coletiva

Os rapazes e as moças participantes da pesquisa não rejeitam a política de maneira definitiva. Porém, emitem mensagens que evidenciam profunda desconfiança nos operadores políticos tradicionais – “os políticos” em sua acepção mais ampla. Nesse sentido, os dados não configuram quadro de recusa participativa na esfera política, mas ausência de confiança nos canais institucionais e nas formas tradicionais de se fazer política.

Ao mesmo tempo em que há pouca confiança naquilo que se assemelha à política tradicional, é possível perceber a emergência de

outras esferas participativas que, pode-se dizer, ainda necessitam ser mais bem compreendidas pelas investigações sociais. Alguns coletivos juvenis emprestam novos sentidos ao político e elaboram, com outras lógicas e sensibilidades, múltiplas formas e conteúdos de ação coletiva na experimentação da esfera pública. É preciso ampliar as investigações para que se possa aprofundar a compreensão sobre as maneiras pelas quais jovens participam da construção de novas esferas públicas e contribuem para a redefinição dos sentidos da política.

Das pessoas jovens entrevistadas na pesquisa de opinião, 28,1% informaram fazer parte de algum tipo de grupo – esfera pública básica e voluntária, cuja existência evidencia certo potencial de participação associativa. Os grupos de orientação religiosa, esportiva e artística constituem o substrato do associativismo juvenil no Brasil de hoje. Esses grupos constituem significativa sociedade civil juvenil que articula ações coletivas nem sempre reconhecidas como políticas ou socialmente relevantes.<sup>1</sup>

Encontra-se no plano da sociabilidade, da convivência cultural e da subjetividade coletiva a principal direção dos sentimentos que informam a formação das coletividades juvenis. Os grupos criam suas próprias regras de deliberação e contribuem para que os sujeitos participantes construam suas próprias opiniões. Grupos são importantes por permitir que jovens pratiquem a autonomia de pensamento e ação que, muitas vezes, não podem realizar na presença de pessoas adultas, especialmente quando estas são as que detêm as “regras do jogo” de poder das instituições.

As esferas de associativismo juvenil podem ser espaços de formulação, crítica, criação de públicos reflexivos e enfrentamento de problemas que podem ou não se transformar em políticas públicas. A transformação de um problema coletivo em política pública é resultado da capacidade dos atores coletivos de pautarem a agenda das políticas.

Os grupos são laboratórios da vida pública democrática, entretanto, suas práticas precisam ser experimentadas nos territórios de encontro entre os diferentes sujeitos das cidades. As políticas públicas podem favorecer o encontro das “juventudes”, que, provocadas, podem reinventar as práticas políticas pertinentes e duramente criticadas pelo público entrevistado nos dois momentos da pesquisa. Nesse

<sup>1</sup> Reguillo (2003) dirá que essas práticas estão constituindo determinada experiência de cidadania cultural – algo mais que expressividades estéticas –, que pode ser compreendida como categoria-síntese de articulação da densidade da problemática cidadã em sua relação com os jovens e que também se refere às dimensões sociais, civis e políticas constitutivas da democracia.

sentido, torna-se interessante distinguir a sociabilidade pública existente nos grupos juvenis – que, por si sós, não são espaços democráticos – e as esferas públicas ampliadas que se fazem por múltiplas mediações entre solidariedades, ações coletivas e conflitos democraticamente mediados.

## Educação e trabalho

Considerando que o objetivo principal da pesquisa está relacionado com as formas, conteúdos e potencial participativo dos(as) jovens brasileiros(as), é preciso registrar que, quanto maiores são a instrução e o rendimento, maiores são as chances para as práticas associativas. A pesquisa de opinião demonstrou que jovens mais escolarizados(as) participam mais de grupos. Entretanto, constata-se que o avanço da idade coincide com a diminuição do estímulo e das condições próprias ao associativismo.

Os baixos níveis de renda e de capacidade de consumo redundam na busca do trabalho como condição de sobrevivência e satisfação de necessidades para a maioria das pessoas jovens. Isso demarca um modo particular de vivência do tempo de juventude que não se identifica com aquilo que o senso comum institui como o modelo de jovem universal: que se libera da necessidade do trabalho para poder se dedicar aos estudos, ao associativismo e ao lazer. A trajetória de busca e inserção no mundo do trabalho dos(as) jovens, especialmente das famílias mais pobres, é incerta – ou seja, os(as) jovens ocupam as ofertas de trabalho disponíveis, que, em sua maioria, permitem pouca ou nenhuma possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional. A informalidade é crescente à medida que se desce nos estratos de renda e consumo do beneficiário do emprego. O aumento da escolaridade, em geral, coincide com maiores chances de conseguir empregos formais, algo decisivo para os(as) jovens, considerando que o desemprego juvenil é três vezes maior que o do conjunto da população. Quanto à qualidade do ensino, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, a

situação é de crescente piora nos índices de qualidade que afeta, de forma mais intensa e preponderante, a rede pública.

A partir das respostas das pessoas entrevistadas na pesquisa de opinião, é possível depreender que existe frágil correlação entre escola e estímulo de desenvolvimento de cultura cívico-participativa. É preciso indagar à instituição escolar sobre o tipo de contribuição que ela propõe dar para a formação de cidadãos e cidadãs participativos, ou seja, até que ponto a escola pode promover educação cidadã em contextos de limitados espaços e tempos de participação democrática. Além da ascensão nos níveis formais de escolaridade, espera-se que as escolas sejam capazes de elaborar espaços que favoreçam a ampliação das capacidades de comunicação – de conhecimento de si, de leitura do mundo, de solidariedade, de escuta e de expressividade múltipla – dos(as) jovens estudantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS. *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ibase, 2005. 103 p. (Relatório final de pesquisa).
- REGUILLO, Rossana. *Ciudadanías juveniles en América Latina. Última Década*, Viña del Mar, Chile, a. 11, n. 19, p. 11-30, 2003.

## \*Paulo Carrano

Integrou a equipe técnica da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia. Professor adjunto III da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenador do Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF e pesquisador do CNPq e da Faperj

## Pistas para alcançar a cidadania juvenil

As motivações juvenis para a ação coletiva na esfera pública encontram-se orientadas majoritariamente para objetivos de ordem prática em torno de valores que ganham coerência no curso da vida cotidiana. Cabe perguntar como despertar interesse para temas, espaços e problemas nacionais ou globais, que podem parecer mundos distantes para jovens cujos sentidos de participação estão orientados para o que está próximo e cotidiano. A preocupação que os(as) jovens demonstraram com a violência nas cidades é pista que merece a devida atenção das políticas públicas.

Os números da pesquisa trazem o dado positivo de que a maioria entrevistada demonstra interesse pelos assuntos políticos. Isso significa que, ainda que muitos(as) não participem diretamente dos espaços conhecidos como do domínio da política, os(as) jovens participam de esfera pública específica ao buscarem informações sobre o tema. A pesquisa dá pistas para a compreensão

de processos sociais e políticos que orientam as concepções e práticas desses(as) jovens. É possível pensar que muitos grupos de jovens podem estar se constituindo em sociedade civil juvenil crítica ao que consideram condenável na política. É razoável intuir, também, que possam vir a participar de processos sociais antagonistas em determinadas conjunturas específicas de participação que façam sentido para rapazes e moças e os(as) motivem à ação no espaço público.

É interessante notar que as mesmas pessoas que apontam para uma multiplicidade de fatores que bloqueiam o exercício pleno da cidadania dão importantes pistas para a constituição de políticas públicas – especialmente nas áreas da educação, da cultura e da geração de emprego e renda – que poderiam ser capazes de favorecer o movimento de constituição de cidadanias juvenis em bases autônomas e democráticas. ■